

Análise da Cadeia de Valor da Pesca na Guiné Bissau

As análises da cadeia de valor ajudam a sustentar um diálogo informado sobre políticas públicas e decisões de investimento. Os estudos VCA4D permitem compreender a forma como o desenvolvimento agrícola se ajusta às dinâmicas do mercado e avaliam o impacto da cadeia de valor no que se refere aos pequenos produtores e na economia em geral.

Trata-se de uma ferramenta metodológica desenvolvida pela Comissão Europeia, cujo objectivo é avaliar a contribuição da cadeia de valor para um crescimento inclusivo, bem como o seu grau de sustentabilidade em termos sociais, económicos e ambientais.

Contexto da Cadeia de Valor

A cadeia de valor das pescas é um pilar estratégico para a segurança alimentar e para a diversificação económica da Guiné-Bissau, servindo como uma alternativa crucial à histórica dependência do país das exportações de caju. Estruturalmente, o sector divide-se numa frota industrial de grande escala (maioritariamente estrangeira), que opera na Zona Económica Exclusiva, e num sector de pesca artesanal e a pé que abastece o mercado interno e garante a subsistência local. A estrutura agrícola e pesqueira assenta em acordos informais e direitos consuetudinários de acesso à água e à terra, que sofrem crescente pressão por incursões estrangeiras. Os principais constrangimentos incluem escassez de infraestruturas básicas (como cadeias de frio, gelo, estradas e transporte fluvial/marítimo), elevada dependência de insumos importados, fraca governação institucional e grande vulnerabilidade às alterações climáticas, que ameaçam a biodiversidade marinha e o rendimento das capturas.

Acordo de Cooperação com a União Europeia

A intervenção da União Europeia no setor das pescas da Guiné-Bissau estrutura-se através de acordos bilaterais, programas de cooperação e apoio à governação sustentável dos recursos haliêuticos. O atual Acordo de Parceria para uma Pesca Sustentável (2024–2029) constitui o principal mecanismo de financiamento externo do setor, mobilizando cerca de 85 milhões de euros ao longo de cinco anos. Parte significativa destes recursos destina-se ao reforço institucional, monitorização das pescas, investigação científica, melhoria das infraestruturas e apoio à pesca artesanal. A União Europeia apoiou igualmente a elaboração da Estratégia Nacional das Pescas 2023–2027,

contribuindo para o desenvolvimento da economia azul e da gestão sustentável dos recursos marinhos.

No âmbito da cooperação técnica, a Comissão Europeia, através da DG INTPA, financiou também a presente Análise da Cadeia de Valor no quadro da metodologia VCA4D. O estudo fornece uma avaliação dos desempenhos económico, social e ambiental da cadeia de valor das pescas, visando apoiar futuras decisões políticas e intervenções voltadas para uma economia azul mais inclusiva, resiliente e sustentável.

Influência da União Europeia na Estruturação da Cadeia de Valor das Pescas

A União Europeia influencia substancialmente a cadeia de valor através do seu Acordo de Parceria de Pesca Sustentável (SFPA). Este acordo comercial e político fornece um apoio financeiro vital, gerando cerca de 17 milhões de euros anualmente, com fundos destinados ao reforço institucional, à investigação científica e ao apoio ao sector artesanal local. Apesar deste alinhamento com a sustentabilidade, os acordos comerciais diretos com a UE são bloqueados porque a Guiné-Bissau não cumpre os rigorosos requisitos europeus de certificação sanitária e de rastreabilidade, o que impede a exportação direta. Iniciativas financiadas pela UE, como o próprio estudo VCA4D, visam promover políticas de economia azul inclusivas. No entanto, as comunidades locais reportam frequentemente que estas compensações financeiras e projetos carecem de transparência e oferecem benefícios locais muito limitados.



Análise funcional

Produção

A etapa de produção apresenta uma profunda dualidade tecnológica e estrutural. **A produção artesanal total atingiu um valor estimado de 57.404 toneladas em 2022**, compreendendo 42.624 toneladas provenientes de embarcações (maioritariamente pirogas escavadas não motorizadas) e 14.780 toneladas da pesca tradicional a pé. Por outro lado, a **produção industrial alcançou 110.350 toneladas**, dominada por navios estrangeiros. Os rendimentos mostram tendências decrescentes, prejudicados pela sobrepesca, pesca ilegal (INN) e **elevada vulnerabilidade climática das espécies pelágicas e demersais**. As disparidades regionais são notórias: as regiões Norte e Bijagós apresentam elevada eficiência artesanal, mas custos logísticos altos, enquanto o Sul é severamente limitado pela falta de gelo. Tecnologicamente, a frota artesanal continua rudimentar (apenas -27% é motorizada). O sector industrial usa tecnologia avançada, mas opera quase totalmente desligado da economia nacional.

Processamento, Comercialização e Comércio

As etapas pós-captura são essenciais, mas subdesenvolvidas. O processamento é sobretudo artesanal, realizado por mulheres que utilizam **técnicas tradicionais de fumagem, salga e secagem** para prolongar o tempo de conservação face à ausência de cadeias de frio. A transformação industrial limita-se a unidades de congelação em Bissau, processando cerca de 6.000 toneladas de desembarques obrigatórios. **A distribuição está fortemente dependente das mulheres ("bideiras")** que enfrentam constrangimentos logísticos graves, como más estradas, falta de transporte refrigerado e pesadas taxas internas. Em termos comerciais, a captura artesanal abastece os mercados locais, enquanto a captura industrial é quase integralmente exportada ou desembarcada em portos como Dakar. As exportações destinam-se principalmente a nações africanas (Togo, Costa do Marfim, Gana), embora grande parte não seja registada. Na competitividade, a cadeia possui **alta proteção no mercado interno (Coeficiente de Proteção Nominal de 2,41)**, mas ineficiências severas, com um Custo em Recursos Internos negativo (-2,57) devido aos dispendiosos insumos importados.

Sub-cadeias

A cadeia de valor divide-se em quatro segmentos que geram **82,6 mil milhões de FCFA em Valor Acrescentado Direto (VAD)**:

- **Produção (Captura)**: Envolve pescadores artesanais e frotas industriais estrangeiras. É o segmento que gera mais valor, representando **62,5% do VAD** e garantindo mais de 11.880 empregos equivalentes a tempo integral. Gera a maior riqueza absoluta, embora os lucros da indústria saiam maioritariamente do país.
- **Processamento Artesanal**: Liderado por mulheres nas zonas costeiras. Contribui com **23,9% do VAD** e é vital para a segurança alimentar e redução de perdas, ainda que opere com fornos de baixa eficiência e suporte altos custos logísticos.
- **Conservação/Transformação Industrial**: Inclui os

complexos de congelação de Bissau. Representa **7,4% do VAD** e cria emprego formal urbano, transformando a quota obrigatória de desembarque industrial.

- **Distribuição/Comercialização**: Assente nas "bideiras" retalhistas e grossistas. É o segmento menor em valor (6,2% do VAD) e opera com margens muito apertadas devido aos custos de transporte, mas é economicamente imprescindível para o emprego feminino.

A repartição regional desse mesmo VAD confirma a liderança do Norte, que concentra 45,3% da riqueza total, seguido de Bissau com 25,3%; o Sul e os Bijagós partilham o restante, com 15,6% e 13,8%, respetivamente, o que evidencia a necessidade de políticas de desenvolvimento territorial que atenuem tais disparidades.

Governança

O Ministério das Pescas tutela o sector através de instituições especializadas: DGPI (industrial), DGPA (artesanal), DGFADP (formação), INIPO (investigação) e FISCAP (fiscalização). O quadro político ancora-se na Lei Geral das Pescas e na Lei da Terra, assegurando a regulação estatal dos recursos. A supervisão regulamentar enfrenta desafios estruturais crónicos, incluindo capacidade logística limitada e frotas de patrulha desadequadas para a FISCAP, o que dificulta o controlo da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN). A governação financeira é apoiada pelo Fundo de Gestão de Recursos Haliêuticos (FGRH), alimentado por taxas de licenciamento, embora a falta de transparência permaneça uma preocupação consistente. Reformas estratégicas recentes, como a Estratégia Nacional das Pescas 2023-2027 e o Acordo de Parceria de Pesca Sustentável com a UE, visam profissionalizar os operadores, atrair investimentos e reforçar as infraestruturas do sector.

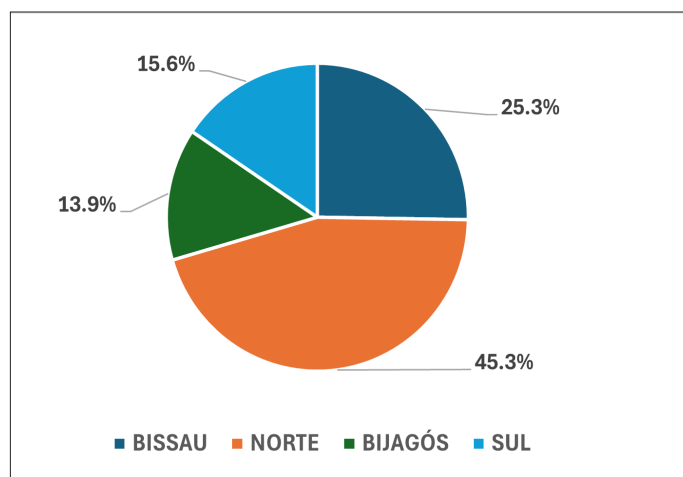


Figura 1. Participação do valor acrescentado direto (em %)

Qual é a contribuição da cadeia de valor para o crescimento económico?

Viabilidade Financeira dos Atores

A viabilidade financeira varia significativamente devido a constrangimentos estruturais e intensas pressões de custos. Os pescadores que operam pirogas a remo não motorizadas obtêm as maiores margens de lucro (51% a 88% de valor acrescentado) porque evitam os custos de combustível, embora os seus volumes absolutos de captura sejam baixos. Inversamente, as pirogas motorizadas enfrentam severas pressões devido ao custo dos combustíveis importados e gelo, reduzindo as suas margens para valores entre 5% e 27%. As processadoras, essencialmente mulheres utilizando métodos tradicionais, operam com margens estreitas devido aos altos custos de lenha e transporte, aliados à falta de equipamento moderno. As comerciantes (badeiras) enfrentam problemas graves de liquidez e custos logísticos, agravados por taxas de transporte inter-regional que penalizam fortemente a sua rentabilidade. Os armadores industriais capturam os maiores lucros absolutos, retendo cerca de 75,6% do valor bruto de produção. No sector artesanal, a ausência de formação, linhas de crédito formais e a dependência de insumos importados não subsidiados restringem fortemente a viabilidade financeira e a escala.

Impactos na Economia Nacional

A cadeia de valor das pescas gera um forte contributo macroeconómico, atingindo um Valor Acrescentado (VA) total de 92.260,3 milhões de FCFA em 2022. Este valor representa 7,35% do PIB nacional e 19,84% do PIB do sector primário, demonstrando o seu papel vital. A integração económica doméstica é moderada, com uma taxa de integração de 53,47%, indicando que mais de metade do valor da produção permanece no país. Contudo, o sector depende substancialmente de insumos importados, o que restringe as ligações internas. A balança fiscal oficial mostra receitas diretas de 1.546,9 milhões de FCFA, principalmente de licenças industriais e taxas, suplementadas por compensações da UE. A importância das exportações é profundamente distorcida pelo sub-registo estatístico; os dados oficiais apresentam um défice comercial de 17.397 milhões de FCFA devido aos custos de importação, enquanto volumes gigantescos de capturas industriais (e artesanais, em menor escala) são descarregados em portos estrangeiros e não entram na contabilidade nacional.

Viabilidade na economia internacional

A competitividade internacional da cadeia doméstica está fortemente limitada por desvantagens estruturais e distorções macroeconómicas. O Coeficiente de Proteção Nominal (CPN) é de 2,41, o que indica que os preços domésticos são substancialmente superiores aos preços de paridade internacional. Embora proteja o mercado local, isto retira competitividade exportadora à pesca artesanal. Adicionalmente, o Coeficiente de Custo em Recursos Internos (CRI) é negativo (-2,57). Um CRI negativo evidencia uma desvantagem estrutural severa: os custos dos insumos importados (como combustível, redes e gelo) superam as receitas que a cadeia geraria a preços internacionais. Assim, a fileira artesanal não é sustentável para exportação sem

medidas protecionistas. Em contraste, a frota industrial opera com enormes vantagens comparativas e economias de escala, contornando os estrangulamentos logísticos nacionais ao desembarcar diretamente noutros países. Melhorar a viabilidade internacional exige a redução de custos dos insumos e o desenvolvimento de infraestruturas locais de frio.

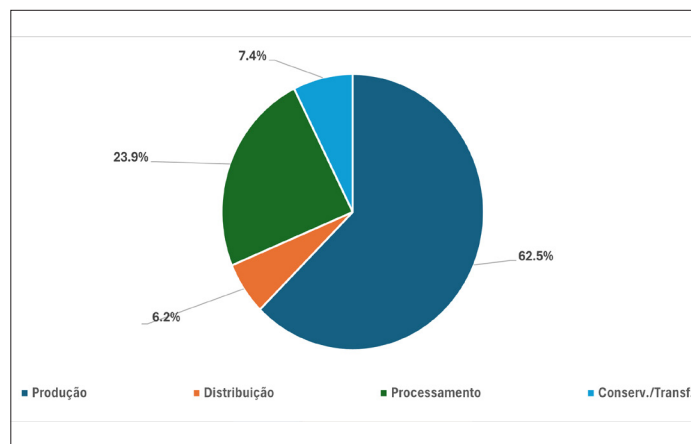


Figura 2: Contribuição ao valor acrescentado direto por segmento da cadeia (em %)

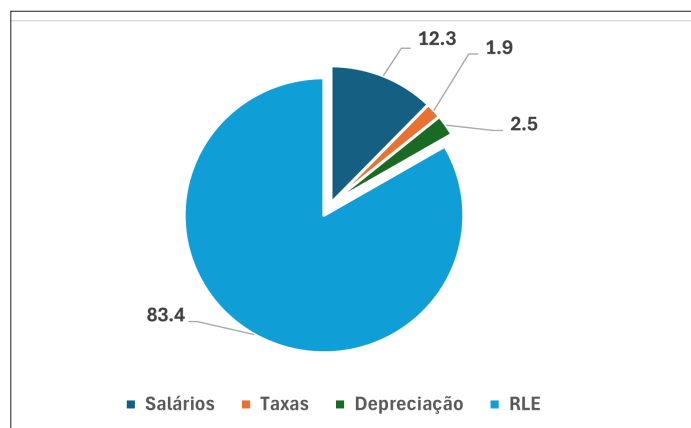


Figura 3: Distribuição do valor acrescentado direto (em %)

O sector das pescas é um pilar económico vital, mas estruturalmente limitado, que contribui com 7,35% para o PIB. Enquanto a pesca artesanal sustenta as comunidades locais, a frota industrial altamente rentável beneficia essencialmente economias estrangeiras. Reduzir a dependência de insumos importados e melhorar a transparência fiscal são passos cruciais para a viabilidade económica a longo prazo.

O crescimento económico é inclusivo?

Distribuição de rendimentos entre os atores

A distribuição de rendimentos na cadeia de valor das pescas revela uma mistura de inclusividade sectorial e desigualdades estruturais. Em 2022, a cadeia gerou um Valor Acrescentado Direto (VAD) de 82.617 milhões de FCFA. As quotas do VAD estão direcionadas essencialmente para a etapa de produção, onde os pescadores captam 62,5%, seguidos pelo processamento artesanal com 31,3% e a distribuição com 6,2%.

Analisando os Resultados Líquidos de Exploração (RLE), a distribuição mantém-se equilibrada para evitar a concentração nos intermediários, com os pescadores a reterem 58,8%, as processadoras 26,3% e os distribuidores 14,9%. Contudo, a distribuição salarial evidencia disparidades agudas: dos 10.126 milhões de FCFA pagos em salários, 86,2% destinam-se à captura e 13,8% à transformação, enquanto a distribuição não regista salários formais devido à sua quase total informalidade.

Apesar desta aparente equidade macro, existem profundas desigualdades baseadas no nível de capitalização. Operadores altamente capitalizados, como armadores industriais e grossistas de grande dimensão, capturam o maior volume absoluto de lucro. Pelo contrário, pescadores artesanais, mulheres transformadoras e badeiras retalhistas lidam com limitações estruturais crónicas. Estes grupos vulneráveis não têm acesso a formação, linhas de crédito, carecem de infraestruturas de frio eficientes e operam com margens de sobrevivência de alto risco. Consequentemente, a falta de apoios estatais perpetua assimetrias socioeconómicas graves.

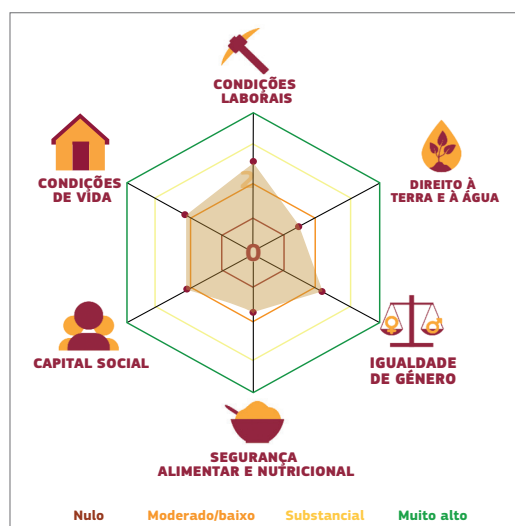
Criação de Emprego e Trabalho

A cadeia de valor das pescas é um motor central de criação de emprego, gerando 16.369 postos Equivalentes a Tempo Integral (ETI) em 2022.

O emprego está predominantemente enviesado para as operações artesanais: a pesca artesanal embarcada suporta 8.619 ETI, enquanto a mariscagem e pesca a pé garantem 2.759 ETI. Os segmentos pós-captura, que incluem a transformação e a distribuição, empregam 4.489 ETI. O sector industrial de pesca providencia apenas 502 empregos a nível interno. As mulheres assumem um papel esmagador nas etapas pós-captura, constituindo mais de 90% da força laboral nos processos de transformação e comercialização (4.040 ETI).

O papel do trabalho rural é crítico, uma vez que a pesca artesanal e o seu processamento funcionam como um amortecedor socioeconómico fundamental, travando a migração rural e garantindo a segurança alimentar litoral e gastos com saúde e educação. Todavia, o sector debate-se com problemas laborais sistémicos. Quase todo o emprego artesanal é precário, sem acordos escritos, sem proteção de segurança social e com elevada exposição a perigos no mar. Na indústria, o número reduzido de empregos nacionais resulta da falta de certificação técnica avançada dos marinheiros, permitindo o recrutamento estrangeiro. A pobreza extrema normaliza ainda o trabalho infantil ao longo da costa, onde as crianças integram as rotinas de pesca e de comércio de modo a cobrirem os seus custos de educação e vestuário.

A cadeia de valor é sustentável do ponto de vista social?



Condições de trabalho	▪ Totalmente informais na pesca artesanal, perigosas e desprovidas de qualquer proteção ou seguro social
Direitos à terra e água	▪ Frágeis; comunidades denunciam frotas estrangeiras a invadir territórios de pesca consuetudinários
Igualdade de género	▪ Mulheres possuem autonomia sobre o seu rendimento, mas falham no acesso político e representação
Segurança alimentar	▪ Preocupante e em declínio devido à inflação dos preços dos alimentos e diminuição de capturas de peixe de alta qualidade
Capital social	▪ Redes informais de apoio fortes, porém, as organizações e cooperativas representativas são débeis e fragmentadas
Condições de vida	▪ Severamente penalizadas pelo mau acesso à saúde pública, ao ensino e a infraestruturas de saneamento e transportes

A sustentabilidade social da cadeia é extremamente precária. Embora exista um empoderamento económico visível das mulheres, os atores lutam contra condições laborais de alto risco, ausência de segurança fundiária e marítima e uma insegurança alimentar crescente. A extrema falta de infraestruturas públicas, serviços de saúde e coesão institucional mantém as populações muito vulneráveis num contexto de mudanças climáticas e instabilidade política.

A cadeia de valor é sustentável do ponto de vista ambiental?

Impacto Total nas Áreas de Proteção

Os resultados da Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) demonstram impactos ambientais substanciais transversalmente:

- **Saúde Humana:** O sector de pesca industrial é o vetor primário de danos na saúde humana devido à combustão intensiva e massiva de combustíveis fósseis, que emite material particulado e gases tóxicos. O fumo libertado pelos fornos a lenha no processamento artesanal também afeta a saúde respiratória local.
- **Qualidade dos Ecossistemas:** A frota artesanal tem um impacto desproporcional neste domínio através de mudanças dramáticas no uso do solo. Aproximadamente 89% das embarcações (pirogas monóxilas) exigem o abate massivo de árvores florestais de grande porte. Simultaneamente, os mangais são degradados para o fornecimento de lenha.
- **Esgotamento de Recursos:** Fortemente liderado pela frota industrial, derivado do esgotamento e consumo exagerado de recursos energéticos abióticos (fósseis).
- **Alterações Climáticas:** A cadeia produtiva total gerou quase 847.552 toneladas equivalentes de CO₂ em 2022, o que perfaz 7% de todas as emissões do país. A frota industrial é extremamente ineficiente a este nível, emitindo quase 12 vezes mais CO₂ por tonelada do que as operações artesanais.

Impactos por Etapa e Subcadeias

- **Captura (Cultivo):** É o ponto de impacto mais grave. A frota industrial responde por mais de 98% do seu impacto ambiental exclusivamente através do intenso consumo de combustível. A captura artesanal, por outro lado, sofre penalizações enormes pelo abate de árvores para o fabrico de pirogas, equivalendo a 60% do seu dano ambiental total devido ao desmatamento.
- **Processamento (Moagem):** O processamento de fumagem constitui um sério hotspot pela queima de madeira (>26.600 toneladas/ano) em fornos de muito fraca eficiência térmica, acentuando a poluição atmosférica e a destruição florestal. As unidades de congelação importam toda a carga de impacto poluente da frota industrial que lhes fornece peixe, associando ainda eletricidade e gás refrigerante.
- **Transporte e Distribuição:** Tem uma pegada carbónica residual (<7% de emissões), uma vez que o pescado artesanal tende a circular em vias de extrema proximidade ou passa a fumado para prolongar o consumo sem cadeia de frio intensiva.
- **Exportação:** Altamente ineficaz; os lotes de pescado congelado transportam o imenso peso carbónico da captura industrial, amplificado por bideiras que importam diretamente em rota rodoviária o peixe do Senegal para os mercados urbanos e rurais

Biodiversidade

A atividade extractiva coloca pressões agudas sob os ecossistemas, ameaçando presentemente 70 das 582 espécies marinhas nacionais.

- **Pressão no Uso do Solo e Fragmentação de Ecossistemas:** O desmatamento crónico focado em abater as maiores e mais velhas árvores para transformar em cascos de pirogas escavadas, acompanhado do corte extensivo de mangais para os processos de fumagem da captura, provoca a grave fragmentação e desaparecimento de áreas costeiras fundamentais para as comunidades marinhas (berçários).
- **Quadros de Conservação:** Apesar da constituição legislativa do IBAP, das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) e até do estabelecimento de defesos biológicos sazonais (como o encerramento do arrasto em Janeiro), a real eficácia na proteção do mar falha constantemente pela inexistência de vigilância das entidades públicas contra o avanço brutal da pesca INN.
- **Estratégias de Mitigação:** Para impedir o colapso, a política de conservação deverá envolver forçosamente embarcações mais sustentáveis (em lugar de árvores escavadas), substituição urgente por fornos de fumo eficientes que reduzam significativamente o consumo de lenha, limitação da tonelagem industrial e instituição da cogestão ativa das áreas piscícolas locais.

Atualmente a cadeia regista rotas de completa insustentabilidade a nível ambiental. Se por um lado a pesca industrial lança brutais volumes de gases de estufa face ao gasto muito elevado em combustível, por outro o braço artesanal fustiga a fauna marinha e florestal através do desmatamento de árvores e de mangais para construção de pirogas e curar o pescado capturado.

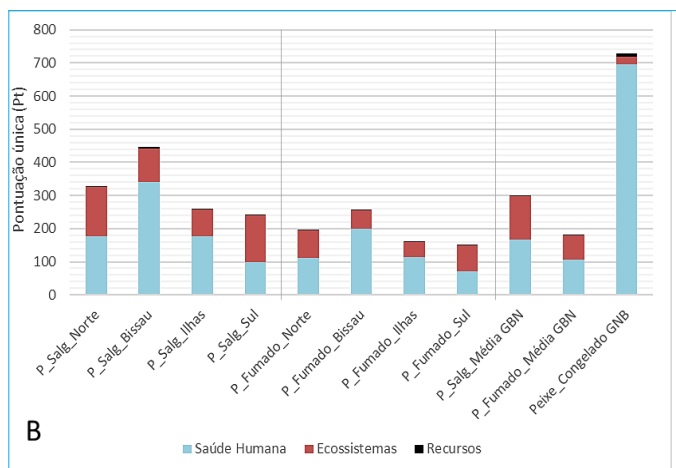


Figure 6.6: Environmental impacts of fish trade and sales (RPF – fresh fish retailers; RPT – processed fish retailers; PC – frozen fish), per tonne of product and by protection area

Atualmente a cadeia regista rotas de completa insustentabilidade a nível ambiental. Se por um lado a pesca industrial lança brutais volumes de gases de estufa face ao gasto muito elevado em combustível, por outro o braço artesanal fustiga a fauna marinha e florestal através do desmatamento de árvores e de mangais para construir pirogas e curar o pescado capturado.

Principais conclusões e recomendações

Reformas Institucionais e Governação

- Fortalecer a Formação (DGFAD): Ampliar a capacidade técnica e orçamental da DGFAD com vista a atualizar os planos curriculares, focando áreas como segurança marítima, empreendedorismo aquícola e operação naval qualificada.
- Modernizar o Licenciamento (DGPA e DGPI): Tornar o processo de licenciamento de pequena escala ágil e totalmente digital. Em paralelo, a frota industrial terá obrigatoriamente de instalar sistemas de rastreamento de navegação digital (VMS) e de prestar fortes contrapartidas sociais a nível nacional.
- Reforçar Investigação e Dados (INIPO): Financiar frotas investigativas que procedam a diagnósticos científicos periódicos e lancem anuários regulares, por forma a sustentar a regulação através de quotas biológicas estritamente científicas.
- Revigorar a Fiscalização (INFISCAP): Modernizar a frota de barcos patrulha nacionais e implantar registos digitais das irregularidades com equipas comunitárias costeiras locais para extinguir o espectro da pesca INN no seio do país.
- Promover a Cogestão Participativa: Fundar os Conselhos Locais de Cogestão Pesqueira (CLCP) para permitir não só uma melhor monitorização, mas resolução inclusiva, pacífica e co-supervisionada perante eventuais choques socioeconómicos.

- Construir Hub Nacional de Exportações: Lançar em Bissau um grande entreposto frigorífico para assegurar que a congelação rápida e as certificações sanitárias não obriguem as embarcações estrangeiras a rumar de volta a outros portos vizinhos, salvaguardando a economia no país.
- Alavancar a Aquicultura Comunitária: Dinamizar pólos leste (nas zonas de Gabú ou Bafatá) introduzindo a construção de viveiros que aliviem definitivamente a asfixia das redes costeiras de captura marítima.
- Recuperar o Centro de Bolama: Remodelar as envelhecidas instalações para voltar a suportar ciclos formacionais modernos de âmbito regional.

Relevância Financeira e Política

- Criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento das Pescas (FNDPA): Promulgar a criação de um cofre estatal financiado pela canalização formal de impostos, de licenças e coimas, totalmente focado no reforço interno (obras civis de apoio, investigação ou crédito) do sector da água.
- Ampliar as Linhas de Microcrédito para Mulheres/Jovens: Desenvolver empréstimos bonificados dedicados à formalização das margens dos mais empobrecidos, especialmente bideiras e jovens, promovendo caixas térmicas, redes de qualidade, barcos de fibra e infraestruturas de conservação descentralizadas

Prioridades de Investimento e Infraestrutura

- Renovar a Infraestrutura de Pós-Captura: Apostar criticamente no lançamento de câmaras frias alimentadas por fontes ecológicas em zonas descentralizadas, bem como em fornos salubres integrados em pólos logísticos que diminuam as enormes quebras por deterioração de pescado.

Value Chain Analysis for Development (VCA4D) é uma ferramenta financiada pela Comissão Europeia / DEVCO e implementada em parceria com a Agrinatura.

A Agrinatura (<http://agrinatura-eu.eu>) é uma Aliança Europeia de Universidades e Centros de Investigação envolvidos em investigação agropecuária e capacitação para o desenvolvimento.

A informação e o conhecimento produzidos através da análise de cadeias de valor destinam-se a apoiar as Delegações da UE, assim como os seus parceiros, na melhoria do diálogo político para a viabilização de investimentos e ao entendimento das mudanças que possam advir dessas ações.

O VCA4D utiliza uma estrutura metodológica sistemática para analisar as cadeias de valor na agricultura, pecuária, pesca e sistemas agroflorestais. Mais informações podem ser consultados em: <https://europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d>

Este documento foi adaptado do relatório : Fontenele, E., Farrall, H., Temudo, M., Sambu, M., Guerreiro de Brito, A., Andres, L., 2025. Análise da Cadeia de Valor da Pesca na Guiné Bissau. Os autores estão vinculados ao relatório original.

